

# O sistema de exame para o serviço público e sua influência na civilização chinesa\*

*Paul F. Cressy*

*Texto publicado na RSP, vol. 1, nº 3, março de 1942*

Os exames padrão estão na base do sistema de seleção para a entrada no serviço público brasileiro. Na China, esse modelo de seleção foi utilizado durante vários séculos, com alguns pequenos períodos de descontinuidade. Para muitos, a estabilidade do Estado chinês pode ser creditada, em parte, a esse sistema de “concurso público”. Um dos aspectos mais interessantes do exame era sua ênfase no conhecimento literário, literatura essa que tinha um conteúdo explicitamente didático e moral. Em alguns períodos, o conhecimento de poesia era um componente essencial da seleção. Esse modelo de seleção teria inspirado o Império Inglês a introduzir um processo de seleção baseado no conhecimento teórico. Nos dois casos, a experiência prática era adquirida durante o exercício profissional, como ocorre em muitas profissões até hoje e como sucede em todo sistema de seleção que adquire uma relativa estabilidade (caso da Diplomacia no Brasil, por exemplo).

O sistema do exame literário, como técnica política, não foi dos menos importantes. Por 20 séculos ocupou uma posição de destaque na sociedade chinesa. Constituía a única porta pela qual se adquiria prestígio e distinção social, controlando todo o programa educativo da nação; dominava toda a vida política e tinha grande importância econômica. O sistema era uma das mais fortes características da civilização chinesa e constituía uma instituição jamais igualada por qualquer outra nação.

O sistema de exame para o serviço público desenvolveu-se, gradativamente, através de vários séculos, originando-se de alguns dos mais importantes costumes da sociedade chinesa. A “História Clássica” (compilada entre 1500 A.C. e 700 A.C. ) descreve o método empregado pelo Imperador Shum (2250 A.C.), pelo qual os seus funcionários eram submetidos a exame de três em três anos, sendo, após, demitidos ou promovidos de acordo com os resultados obtidos. No começo da dinastia Chou (1100 A.C.), o Governo examinou não somente os funcionários já em exercício, mas

também os candidatos à nomeação. Sob a poderosa dinastia Han (de 221 A.C. a 220 D.C.), a qual centralizou o Governo e sancionou oficialmente as doutrinas de Confúcio, a primitiva forma de exames foi organizada num sistema definitivo em 29 A.C. Os exames foram reorganizados em princípios do século VII pelo Imperador T'ang T'ai Tsung, e continuados desde então, com ligeiras alterações, até a sua abolição, em 1905, pela falecida Imperatriz Dowager. Assim o sistema de exames desenvolveu-se gradativamente dos primitivos costumes da sociedade chinesa e adquiriu uma estrutura definitiva, servido por um grupo distinto de funcionários, os oficiais e letrados, que lhe deram realce e o perpetuaram.

A educação na China clássica teve um caráter privado, mas prosseguiu tendo um único fim em vista, que foi o da aprovação nos exames governamentais. Ao êxito nos exames oficiais estava sujeito o critério da instrução, assim como a aprovação obtida e o título de letrado. Como os exames se baseassem nos clássicos de Confúcio, o trabalho das escolas limitava-se inteiramente àqueles assuntos, não havendo o menor incentivo de investigação em quaisquer outros campos do conhecimento. Por 200 anos o serviço civil de exames dirigiu e moldou toda a forma educacional na China.

O sistema de exames, além do mais, constituiu o único meio pelo qual se ingressava na vida política. O fundamento da instituição era selecionar os membros do Governo. Desde os tempos mais antigos, aos grupos acadêmicos eram concedidos lugares de direção na vida chinesa, sendo os literatos considerados unanimemente como os mais próprios e intitulados para se tornarem membros do Governo. Todos os grandes eruditos e filósofos da

China foram membros do Governo, sendo que a maioria deles passou largo tempo da sua vida em postos políticos. Somente aqueles que nos seus exames tivessem obtido as notas mais altas se tornavam aptos para a nomeação oficial.

Os meios mais seguros de adquirir fortuna obtinham-se por nomeação para cargos oficiais. Os clans de famílias frequentemente despendiam grandes somas na educação dos seus mais brilhantes estudantes, com a esperança de que eles pudessem eventualmente atingir um posto oficial e, uma vez aí, reembolsá-los, muitas vezes, daquilo que tinham despendido. Os negociantes e mercadores nunca obtinham grande prestígio social na sociedade chinesa e, embora alguns deles, de tempos em tempos, ganhassem grandes fortunas, eram os grupos oficiais que alcançavam não somente as maiores honras, mas também constituíam a classe mais rica da China. O sistema de exames constituiu assim o meio de assegurar o sucesso econômico.

Finalmente, o início da posição de realce que o sistema de exames para o serviço público ocupava na vida chinesa pode ser depreendido do prestígio social que advinha para aquele que obtivesse êxito nas provas. As profissões liberais, tais como medicina, direito e religião, nunca existiram na China do modo por que são conhecidas no Ocidente. Não havia senão uma profissão de prestígio nos meios sociais, a do erudito. A China nunca desenvolveu uma classe nobre por hereditariedade. Cada geração tinha que se contentar com seus próprios méritos e fazer jus aos seus direitos a lugares e privilégios. Por 20 séculos a maior ambição de cada chinês era tornar-se um erudito, obter aprovação em um ou mais exames e, assim, obter o direito de usar o

traje de mandarim, com um botão simbólico no seu barrete, e colocar um par de “insígnias do dragão” na fachada de sua casa. A aprovação nas várias etapas do sistema de exames dava direito à admissão aos ambicionados postos com os sucessivos graus de honra e prestígio; esse processo constituía o único caminho seguro pelo qual o homem afirmava sua personalidade, tornando-se respeitado e honorificado por toda a sociedade, angariando para o nome de sua família um lustre imaculado. Jamais, nos tempos da antiga Grécia, houve vencedores olímpicos mais glorificados do que o triunfador nos exames finais de Pequim. Grandes procissões iam ao encontro do vencedor que voltava. Todas as honras que a sociedade pudesse proporcionar eram suas, assim como os grandes banquetes oficiais e festins...

As aspirações de toda a nação estavam ligadas àquela instituição. O direito de competir nos exames constituía o maior privilégio de cidadania e o Imperador não poderia conceder maior graça do que admitir que nas províncias se realizasse um exame a mais.

A China assim organizada pode manter a sua unidade política e cultural durante um longo período, o que constitui um acontecimento verdadeiramente digno de admiração. As sementes da desunião, contudo, sempre se fizeram sentir. O isolamento provocado pela grande extensão territorial gerou numerosos dialetos em diferentes partes da China, os quais eram quase incompreensíveis para os outros chineses. O Governo central foi enfraquecido pela autoridade sempre crescente dos governos provinciais que a tanto eram levados pela diversidade de costumes. Houve igualmente várias e frequentes revoltas

provinciais, assim como invasões estrangeiras. Apesar de tudo isso, havia, contudo, uma unidade espiritual que mantinha íntegra a nação. Embora a linguagem falada variasse, a linguagem escrita permanecia a mesma em todas as partes do Império. Os eruditos, naturais das regiões mais longínquas do país, contribuíam para essa união ao se preparar para os exames oficiais. Estudavam nos mesmos livros, recordavam os mesmos ensinamentos de Confúcio, empregavam a mesma linguagem escrita, tornando-se, assim, leais aos mesmos ideais de cultura e de tradição. Os exames eram uniformes através de todo o Império e constituíam uma ambição comum, atraindo para si a atenção dos dirigentes da sociedade chinesa. Vemos, portanto, que o sistema de exames contribuiu grandemente para conservar a unidade da cultura chinesa.

Os exames contribuíram, outrossim, para manter a estabilidade política da nação. O seu caráter democrático habilitava o Governo a recrutar os seus funcionários entre os súditos de maior capacidade intelectual do Império. Os lugares de mando não podiam ser herdados por filhos degenerados de famílias nobres, assim como não podia o Imperador designar ignorantes para cargos oficiais desde que fossem seus favoritos. Aos mais ambiciosos, talentosos e inquietos espíritos da nação, os exames ofereciam a oportunidade de uma carreira honrosa. Logo que os candidatos aprovados assumiam as suas funções públicas, os seus interesses e energia eram adaptados à ordem existente. Se, por acaso, abrigassem idéias ou fins revolucionários, esses desapareciam e os funcionários eruditos tornavam-se defensores da ordem reinante. Tendo alcançado suas honrarias por meio dos

exames, tinham todo o interesse em que o Governo que lhas proporcionara fosse mantido, a fim de que, indiretamente, ficassem protegidos. Os letrados, os governantes da nação, estavam sempre ao lado da lei e da ordem, opondo-se a quaisquer revoluções ou mudanças e prestigiando o trono imperial.

---

## Nota

\* “*The Influence of the Literary Examination System upon the Development of Chinese Civilization*”, *American Journal Sociology*, XXXV: 252-259 (Sept., 1929). In *Social Control*, por L. L. Bernard – (págs. 432/434).